

PT BOLETIM NACIONAL

ÓRGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Funaro derrete e escorre para a direita

Com o fim do congelamento, começa a derreter também a base de sustentação da Nova República. É o fim do projeto de transição imaginado pelos liberais, uma transição que se fazia de neutra em relação aos conflitos de renda, em relação ao passado de torturados e torturadores, em relação à luta de classes. Acabou a lua-de-mel do governo com a classe média. E acabou exatamente no dia da greve geral de 12 de dezembro. Foi nesse dia que Sarney, acuado, mandou Funaro ao encontro do patronato paulista, em busca de um apoio que já não existia no setor popular. O patrono exigiu tudo: o fim do congelamento, o fim do gatilho. Um novo ciclo delirante de arrocho salarial.

Nas páginas 2 e 3, Cláudio Cerri conta toda a história dos acordos secretos entre Funaro e os empresários.

EDUARDO SUPPLY

A Guerra Enfrentada pelo PT em São Paulo

página 10

OLIVIO DUTRA

As Novas Tarefas do Partido

página 5

A DITADURA DA DÍVIDA

Noventa por cento dos 273 bilhões de dólares emprestados à América Latina entre 1976 e 1981 nunca saíram dos cofres dos bancos internacionais. Ficaram lá fora como pagamento de juros e de dívidas anteriores. O mesmo se deu com os 74 bilhões de dólares emprestados ao Brasil dos quais só recebemos 18 bilhões. Mas o endividamento latino-americano não é apenas um mecanismo brutal de confisco de renda.

É muito mais do que isso, é um novo modo de dominação.

Nesse modo de dominação, a burguesia brasileira não é

vítima da dívida. Ao contrário, lucra mais do que estaria lucrando se não existisse a necessidade de pagar a dívida. Bernardo Kucinski sobre o que o PT deveria fazer com relação à dívida - pág. 4



PT 4 ANOS DE ADMINISTRAÇÃO

Gilson Menezes, no quarto aniversário da prefeitura petista de Diadema: "Colocamos em prática as principais propostas do PT: municipalização dos transportes, participação popular, prioridade aos setores carentes. Ainda não terminamos, mas vamos deixar a casa arrumada".

Marisa Lourenço sobre a situação de Diadema - PÁG. 7



Criz Leuba Salum

PERSEU ABRAMO

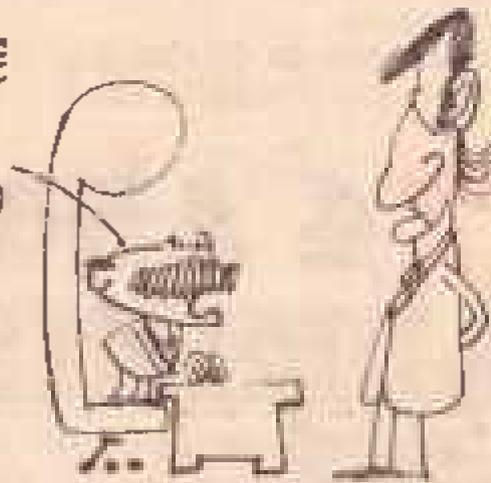
Os Caminhos para o Socialismo

página 8



Sarney derrete. E o degelo arrasta a Nova República para a direita

E ENTÃO
FUNARO?!
COMO É QUE 'CÊ
EXPLICA O
FRACASSO DO
CONGELAMENTO
?!!



FOI O
CALOR,
CHEFINHO
!!!



Osvaldo



1

As bases de sustentação da Nova República começaram a derreter com o fim do congelamento de preços e com a falência irreversível do Plano Cruzado. Na busca desesperada de legitimidade junto à burguesia, o governo caminha com notável ligeireza para a direita. Os trabalhadores, portanto, que se cuidem. Funaro e os sobrinhos da Conceição viraram joguete nas mãos da Fiesp e da CNI (Confederação Nacional das Indústrias). É tudo feito às escâncaras. Sem o menor pudor, o governo atende às ordens das entidades patronais: decreta a liberação geral dos preços e prepara o bote contra o gatilho salarial.

2

A burguesia, eufórica, faz política de terra arrasada com Funaro e companhia. Exige tudo; não dá nada em troca. A rendição incondicional do ministro começou exatamente no dia da greve geral. Quem não se lembra? Doze de dezembro: o povo vai à luta contra o arrocho do cruzado H. Acuado, Sarney manda - o termo é exatamente esse - Funaro reunir-se no mesmo dia com o patronato paulista. Tema do encontro: as exigências do empresariado para continuar apoiando o governo. Foi nessa reunião, feita em São Paulo, no dia da greve, que ficou decidida a liberação geral dos preços e a necessidade de se fraudar o gatilho salarial.

3

Funaro tentou contemporizar algumas semanas e a estocada da Fiesp veio na medida.

Os patrões pregaram a "desobediência civil". Em outras palavras, ou o governo admite o "liberou geral", ou vão agir por conta própria. Sarney fez muxoxo; Funaro ensaiou um certo ar de irritação. Mas o fato é que dias depois numa reunião geral de patrões e governo, a rendição incondicional foi assinada. O presidente da CNI, como convém a um vitorioso, anunciou eufórico pelos jornais: "O congelamento já é história". Quer dizer, foi pro beleléu, mesmo. Em seguida, Funaro foi pro sacrifício pregar contra o gatilho salarial.

4

O riso solto da burguesia com a volta da inflação sideral e dos lucros meteóricos é compreensível. Mas Sarney sabe que a festança da Fiesp não resolve o seu problema. Sua sobrevivência política está tão ameaçada quanto em fevereiro de 1986. Os ratos começam a abandonar o navio. Falta pouco para que um senador do PMDB venha aos jornais pedir a cabeça do presidente. Além disso, a burguesia mostra-se insaciável: exige que Funaro e companhia façam o trabalho sujo (arrocho, liberação de preços, aceleração cambial etc.). Na surdina, porém, conspira para a substituição da atual equipe por outra de sua total confiança. Quer dizer, gente da espécie de um Simonsen ou um Setúbal... Gente, enfim, que cuide de seu dinheiro, independente das conveniências políticas ou da duração do mandato de Sarney.

5

Sarney derrete. E com ele, o projeto de transição imaginado pelos liberais. Isto é, uma República Nova, aparentemente neutra em relação aos militares e aos civis, em rela-

ção aos torturados e torturadores, em relação ao operário e ao patrão. O Plano Cruzado deu essa trégua ao governo durante nove meses. Mais que uma política econômica, ele funcionou como um escudo de aparente neutralidade frente às contradições explosivas herdadas do período ditatorial.

6

O congelamento de preços tornou-se a expressão mais festejada dessa suposta neutralidade frente a patrões e operários. A teoria da inflação inercial, desenvolvida pelos Puc's boys, emprestou coerência técnica a esse oportunismo político. Os sobrinhos da Conceição resistiram um pouco. Mas acabaram contagiados pelo oba-oba geral. Desse modo, a inflação no Brasil deixou de ser a expressão de um conflito distributivo, também conhecido como luta de classes, para se transformar numa simples aberração mecânica, tecnicamente equacionável. Os meninos da PUC, festejados pela imprensa conservadora e pelos banqueiros, achavam que usariam o Estado para provar suas teses. Acabaram usados como bobos da corte de uma ópera bufa mediocre.

7

Despida a fantasia da neutralidade sobra pouca margem de manobra ao governo. A burguesia dá todas as cartas e não deixa espaço nem mesmo para Funaro fazer expressão corporal em torno da dívida externa. Os banqueiros daqui mandaram recados imagináveis aos de lá: "Funaro é carta fora do baralho. Não tem sobrelvida para honrar qualquer acordo de mais longo prazo, necessário para minorar a asfixia do país". Ou seja, por aí não sai leite.

8

Sem opções, Sarney resolveu fazer hora. E nomeou o maleável Pazzianotto para ir distraíndo os sindicatos, enquanto Funaro acerta a liberação geral de preços com os patrões. O empresariado sorri cínicamente quando instado a falar sobre o pacto social do senhor Pazzianotto. A comparação que se segue foi feita por um deles, reservadamente, à saída de uma reunião da Fiesp: "O espaço destinado ao pacto é aquele entre um plim-plim e outro da Globo. Ou seja, trata-se de um intervalo comercial: é chato, ninguém acredita e todo mundo sabe que o importante vem depois".

9

O que vem depois, do ponto de vista dos patrões, já está suficientemente claro. Querem um novo ciclo delphiniano de arrocho salarial e acumulação sem limites, de preferência estribada em exportações que gerem dólares suficientes para uma convivência pacífica com os credores. Sarney, por seu lado, que alongar ao máximo seu mandato. A direita discute se deve ajudá-lo, em troca de fazer seu sucessor. O PMDB racha, sem saber para onde ir. Quanto a Funaro e companhia, pouco lhes resta a não ser sair de fininho. Não antes, claro, de completarem o trabalho sujo combinado com a Fiesp. Falta agora os sindicatos e os trabalhadores definirem seu papel nesse enredo para o qual não lhes foi destinada nenhuma fala. A não ser, claro, distraírem-se com o maleável senhor Almir Pazzianotto - sempre desenvolto na busca de credibilidade junto aos patrões.

Cláudio Cerri



A DITADURA DA DÍVIDA

Em apenas cinco anos, entre 1976 e 1981, a América Latina contraiu US\$ 273 bilhões em empréstimos externos, mas de todo esse dinheiro apenas 8,4 por cento, ou US\$ 23 bilhões, efetivamente entraram no continente. Mais de 60 por cento dos empréstimos, num total de US\$ 170 bilhões, nunca saíram dos cofres dos bancos credores, pois lá ficaram a título de amortização de dívidas anteriores, ou pagamento de juros. Outros US\$ 23 bilhões ficaram como "reservas" dos países devedores, uma espécie de saldo médio, garantia adicional para a própria dívida. E US\$ 56,6 bilhões saíram do continente na forma de fuga de capital, ou seja, dinheiro quente transferido por grandes grupos econômicos e especuladores para contas abertas no exterior, nos mesmos bancos credores da dívida, e, portanto, com a cumplicidade dos mesmos banqueiros que estimularam o endividamento.

No caso do Brasil, verificamos que do final de 1976 até o final de 1981, foram contraídos US\$ 74 bilhões de empréstimos, mas quase 80 por cento do total, ou US\$ 56 bilhões nunca entraram no Brasil ficaram nos bancos como serviço da própria dívida, devido à exorbitância dos juros e comissões. Não há dúvidas de que o endividamento latino-americano constitui-se num processo de confisco de rendas intenso e contínuo. Mas, muito mais importante do ponto de vista político, é entender que a dívida, além de confiscar rendas, definiu um modo específico de dominação dos povos latino-americanos e, por ser um sistema de dominação, conta com a participação ativa das classes dominantes locais.

A burguesia brasileira, ao contrário do que muitos poderiam pensar, não é vítima da dívida, é causadora e beneficiária da necessidade de servir à dívida, o que explica a tibieza dos governos latino-americanos, mesmo os governos surgidos de mandatos populares, como é o caso de Alfonsín, na Argentina frente à virulência dos bancos internacionais. Apesar das novas e intensas contradições geradas pela dívida, as classes dominantes latino-americanas recusam-se a romper sua aliança com o capital internacional, pois a dívida sintetiza e consolida todo um modo de do-



minação. A dívida, por exemplo, torna duplamente necessária a superexploração dos trabalhadores, pois além da exploração ser intrínseca ao modo capitalista de produção, há a necessidade cambial de gerar divisas extras para servir a dívida, arrojando salários e o consumo. Na indústria da dívida, as classes dominantes, que detêm os meios de produção,

lucram ainda mais do que antes da crise.

O PT engana-se ao não escolher a dívida como o principal obstáculo hoje ao desenvolvimento da democracia brasileira e do bem-estar dos trabalhadores e ao considerá-la apenas como resultado da incompetência ou corrupção dos governos anteriores, aproveitada por banqueiros ga-

nanciosos. A própria população - e esse foi o mérito do Cruzado II - já percebeu a relação direta entre seus dramas e a dívida. Ao perceber que o governo e o PMDB podem ceder em muitos campos, mas não podem ceder na questão da dívida e por isso acabam tomando de volta até mesmo o pouco que já havia cedido. Não é à toa que na última encenação

de "pacto social" o ministro Almir Pazzianotto, disse que estava tudo em discussão "menos a dívida". Na verdade, tudo o que estava em discussão só estava em discussão para permitir a recuperação das esportações de forma a garantir a continuidade do serviço da dívida e a recomposição das reservas internacionais, que tinham caído abaixo do seu nível crítico.

Por isso, é na questão da dívida que o governo deve ser atacado, e atacado impiedosamente. A dívida é seu ponto fraco, por ser ao mesmo tempo o cimento dessa aliança de dominação e sua maior contradição. Sem negar o pagamento da dívida, todas as suas promessas se reduzem a pó. E se negar o pagamento da dívida eliminará sua base de sustentação de classe que se reduz a pó. Além de taticamente indicada, a denúncia da dívida tem um conteúdo ético especial. Porque, ao contrário do que alegam muitos políticos e economistas, o povo não tem nenhuma obrigação moral de pagar essa dívida, e a única obrigação moral que realmente tem é a de contestar sua legitimidade.

A crise da dívida ainda passará por muitos espasmos e suas piores conseqüências para a América Latina podem ainda não ter acontecido. Entre elas, a violenta queda nos investimentos, por um período muito longo e numa época em que todo o mundo passa por uma revolução tecnológica.

Se o povo não der um basta a essa máquina de geração de lucros dissipativos, que é o processo de endividamento, o Brasil poderá regressar ao que antigamente se chamava de nível de pobreza asiático e que hoje já se começa a chamar "nível de pobreza latino-americano". Nos quatro anos centrais da crise da dívida, entre 1980 e 1984, os investimentos básicos na América Latina caíram 32 por cento. No Brasil a queda foi de 20 por cento em valores absolutos e em 14,7 por cento como porcentagem do PIB. O agravamento de todos os males, do baixo salário à deterioração dos serviços públicos, deriva dessa intensificação da apropriação das rendas nacionais e populares, provocada pelo endividamento.

O povo já ligou seu drama com o drama da dívida. Falta o PT incorporar efetivamente esse avanço.

Bernardo Kucinski (*)

(*) Para um tratamento amplo do tema, ver "A ditadura da dívida", pelo autor e Sue Branford, que acaba de sair pela Editora Brasiliense.

PALAVRA DE LÍDER

Olívio Dutra

Um PT consolidado e ampliado, apesar dos erros

E agora, definir políticas claras, revitalizar os organismos partidários e oxigenar o debate político.

As eleições de 15 de novembro acabaram sendo mais um dos tantos desafios que o PT tem sabido superar ao longo de sua curta história.

O Partido fez mais de 3,5 milhões de votos no país, elegeu uma bancada federal de 16 constituintes, ampliou o seu espaço de intervenção política e se credenciou para ser o mais importante partido no campo das oposições populares.

O crescimento do PT, no que pese ainda a concentração de votos em Estados onde a sua implantação sempre foi mais significativa, fê-lo chegar, principalmente através da votação para os executivos e deputados estaduais, num número maior de regiões do país. O Partido vai consolidando sua expressão nacional.

Pelas avaliações dos Estados dá para constatar, sem ufanismo, que o Partido, apesar dos seus erros de campanha, que não foram poucos, e dos percalços decorrentes do enfrentamento das máquinas poderosas dos governos federais e estaduais e das oligarquias locais, saiu das eleições não só com um número consideravelmente bem maior de deputados federais e estaduais, mas, também, com um número ampliado de diretórios, filiados e simpatizantes.

Cabe daqui para diante, e de imediato, qualificar o melhor possível a intervenção de suas bancadas, quer federal, quer estaduais, no processo constituinte. Isto implica, certamente, aproveitamento melhor dos seus quadros e organismos de base, definindo políticas que enriqueçam e estimulem o ingresso e a participação permanente dos novos filiados e simpatizantes na vida e na construção partidária, oxigenando-a com o debate político constante.

O processo constituinte trará algum resultado favorável aos interesses populares, se os trabalhadores estiverem mobilizados, exercendo pressão contínua sobre o Congresso Constituinte.

Nesse terreno o papel do PT é muito sério. Terá de ter uma atuação firme, combativa e competente no interior da Assembleia Constituinte, brandindo as propostas do movimento popular e sabendo articular forças progressistas lá dentro e aqui fora para romper com o isolamento que as forças da reação - em maioria no interior do Congresso - tentarão lhe impor.

As instâncias do Partido - núcleos, comissões e diretórios - terão de estar ajeitadas para esse



trabalho. Caberá ao Partido a iniciativa de estimular o surgimento de instâncias organizadas e abertas, que possibilitem a participação crítica e criadora dos setores populares no debate constituinte. Os Comitês e os Conselhos Pró-Constituinte - pouco discutidos durante a campanha eleitoral - terão de se tornar realidade nas categorias, nos bairros, nas periferias das cidades, nas roças e nos locais de trabalho. Podemos realizar essa tarefa em conjunto com outras forças políticas, sem abdicar dos nossos compromissos e de nossas propostas.

Não temos nem vendemos a ilusão de que a Constituinte por si só irá resolver os problemas estruturais da sociedade brasileira. Mas temos certeza de que, se não houver forças políticas - e o PT é a principal delas - comprometidas com a mobilização popular, a Nova República facilmente logrará o seu intento de fazer homologar pelo Congresso Constituinte seu projeto de sociedade elitista e conservadora, lambusado com o discurso liberal.

Que o saldo possa ser ao menos de conscientização e organização da classe trabalhadora para as lutas que virão depois.

A greve e a imprensa liberal

A imprensa liberal decidiu decretar o fracasso da greve do dia 12 de dezembro. Cuspiu para cima: conseguiu de novo expor a sua falta de credibilidade.

A greve é o diálogo do trabalhador. Em primeiro lugar, com seus companheiros de trabalho, com quem passa a discutir, planejar, decidir e agir. Em segundo lugar, a greve abre o diálogo com o patrão. É só a partir da greve que este toma consciência da força e do caráter de uma reivindicação. Até a greve, uma reivindicação não passa de uma esperança e de um temor, para quem trabalha, e de um fantasma indesejável para o patrão. A greve funda e organiza o diálogo com o Estado. Até a greve, a ordem pública é uma ficção, baseada no cumprimento de um contrato que consagra a desigualdade social e política, abrindo caminho para a violência. Esse contrato assegura a uns o direito de se venderem e a outros o direito de comprar essa força de trabalho de acordo com as suas necessidades, de compradores, e não de acordo com as necessidades dos vendedores. Na greve, a ordem pública é assegurada pelo piquete, garantia de que todos os prejudicados terão a possibilidade de rediscutir esse contrato, e melhorá-lo. A greve geral põe em discussão todos os contratos ao mesmo tempo e, por isso mesmo, mais do que as greves parciais, ela é um ato fecundo de imaginação. Toda greve é, por si mesma, um gesto coletivo de imaginação. A greve só é possível porque trabalhadores podem se imaginar numa outra situação, mais justa ou menos injusta, dispendo de si e de suas ações em proveito do acesso ao diálogo, de dizerem aquilo que se imaginam ser, para se medirem com o que podem, então, chegar a ser.

No Brasil a primeira greve ocorreu em janeiro de 1858. Seus protagonistas foram os tipógrafos do Rio de Janeiro, que reivindicavam uma melhora em sua fêria diária. Os jornais da então capital do Império criticaram acerbadamente os tipógrafos e pediram uma intervenção violenta da polícia, em nome da liberdade de imprensa. Despedidos das folhas diárias, os tipógrafos fundaram um jornal - **O Jornal dos Tipógrafos** - publicado por cerca de três meses e cujos exemplares ainda hoje existem na Biblioteca Nacional. Nas reclamações virulen-



tas dos jornais do Império lêem-se a perplexidade - os tipógrafos não eram escravos, não havia como enviar capitães-de-mato para persegui-los e trazê-los presos ao trabalho - e a violência de quem se percebe despojado de um privilégio - o privilégio (que eles assim consideravam a liberdade de imprensa) da informação, de produzi-la, de administrá-la e de gozar de seus benefícios, ou seja, de com essa produção dialogarem com o Estado, através de um personagem fantástico por elas criado, a opinião pública, sobre a taxa de juros, a carestia, a construção da então estrada de ferro D. Pedro II (hoje Central do Brasil) e a crise habitacional no Rio de Janeiro. Diante da própria perplexidade e do notório fim do privilégio, a única atitude cabível das tolhas diárias foi a de pedir o fim do diálogo, de exigí-lo e de provocá-lo.

Idêntica atitude tomaram as folhas diárias e pasquins semanais que, tão apressados a ponto de não poderem sequer ler as suas próprias páginas internas, onde a realidade da greve se atestava, proclamaram logo nas manchetes o fracasso da greve geral do dia 12 de dezembro. Várias capitais virtualmente paradas, assim como vários parques industriais;

São Paulo, Rio e Brasília em trajes domingueiros e ocupados por forças militares; pergunta-se: isso é fracasso? A decretação do fracasso da greve geral, em que se prodigalizaram tanto o conservador **Estado** quanto a liberal **Folha de S. Paulo**, correspondeu à tentativa de desqualificar o diálogo aberto pela classe trabalhadora com o empresariado e com o governo sobre o fracasso do Plano Cruzado. Os governos - federal e estaduais - tentaram retomar a iniciativa da geração de fatos, colocando a tropa na rua, cujas demonstrações mais pomposas ficaram por conta do Exército no Rio; a imprensa liberal deu vazão ao coro empresarial de que, para a sua filosofia de vida, nenhum

diálogo é possível sem que tenha como fundamento a retórica da chantagem patronal que se seguiu ao Cruzado I e a recorrente fantasia de que salário causa inflação. Mas esse cerco tático não impediu que as lideranças trabalhadoras pudessem colocar no ar as bases de um diálogo efetivo: o rompimento com a dívida externa e o fim do Cruzado II, ou seja, o restabelecimento de algum controle mínimo sobre a margem especulativa do lucro que a expectativa de inflação permite. Fracasso? Só se for de monólogos das fantasias - porque a greve é o diálogo do trabalhador.

Flávio Aguiar

REDE GLOBO COMEMORA GREVE GERAL DO DIA 12

A Rede Globo comemorou a greve geral do dia 12 de dezembro demitindo 18 de seus funcionários da equipe de telejornalismo por adesão ao movimento. Houve quinze demissões no Rio de Janeiro, duas em Brasília e uma em Belo Horizonte. O jornalista Jef-

erson de Barros, um dos atingidos, frisou ao **Boletim Nacional** que as demissões atingiram uma boa parte dos chefes do setor. Você leu alguma coisa disso na imprensa liberal? Nem eu.

Flávio Aguiar



Diadema: quatro anos de administração

Quem for a Diadema festejar o 4.º aniversário de administração petista verá o prefeito prestando contas em praça pública. Mas quem for em busca de visíveis mudanças no cenário de miséria que é Diadema pode se decepcionar. Um terço da população ainda vive em favelas, trinta por cento é analfabeta. O transporte coletivo é ruim. Não há segurança pública.

No centro, chama atenção o novo Pronto-Socorro Municipal e o tráfego de caminhões da prefeitura - sinal de obras. Mas a apenas cinco minutos do centro a paisagem muda: em muitos locais não há pavimentação e o esgoto corre a céu aberto. Os córregos já não transbordam em épocas de chuva (agora a prefeitura faz a limpeza dos córregos), mas eles ainda significam focos de transmissão de doenças.

Nesse cenário os moradores têm sensações conflitantes, alguns não chegam a sentir a ação petista, outros têm ciência de muitas mudanças (principalmente a posse de terra pelos favelados). Há aqueles que defendem o prefeito com unhas e dentes. Os que sentiram mudanças nestes quatro anos ressaltam aspectos diferenciados: uns falam das obras (Pronto-Socorro, Creches, Funerária), outros falam do comportamento "nenhum prefeito visitou os bairros e conversou com a gente como o Gilson faz", diz Osvaldo Pina.

Há mudanças e há muito o que mudar

Fazendo um rápido balanço destes quatro anos de administração de Diadema, o prefeito Gilson Menezes diz que, além de ter liquidado dívidas deixadas pelas duas administrações anteriores, conseguiu realizar mais obras do que as efetuadas nos 10 anos que antecederam sua posse. Pouco recebeu do governo do Estado em termos de convênios para realizar essas obras, mas resolveu os problemas mais graves de infra-



Lizy Leuba Salum

estrutura, procurando saídas criativas, como a utilização de mão-de-obra direta, para baratear os custos e evitar corrupção. Também a aquisição da usina de solo e cimento (que produz blocos, guias e sargetas) e da usina de asfalto possibilitaram a construção de um novo Pronto-Socorro, de 50 salas de aula de pré-escola (8 mil vagas em 3 períodos), de escadarias, muros de arrimo e, ainda, a pavimentação de mais 65% das ruas do município.

O problema do lixo também mereceu solução eficiente. Para dar destino às 120 toneladas de lixo coletadas diariamente, a prefeitura adquiriu um parque de compostagem (ao preço de Cz\$ 2,5 milhões), que se autocusteará com a venda do material reciclável (vidro, lata, papel) e de adubo orgânico, derivado da fermentação dos dejetos.

Ao falar em mudanças, Gilson afirma estar colocando em prática, em Diadema, as principais propostas do PT para a prefeitura, assim como a participação popular — que vem se consolidando através da atuação dos conselhos populares formados em 83 — e a municipalização do transporte coletivo, efetuada recentemente. "A única empresa de ônibus que atendia ao município vinha pres-

tando serviços piores a cada dia, conta Gilson. Sua desapropriação e a criação da ETCD (Empresa Municipal de Transporte Coletivo de Diadema) foi a melhor forma que encontramos para resolver o problema e poder atender às reivindicações da população".

Entretanto, a principal reivindicação da população diademense — maior segurança — ainda está sem solução. O policiamento (de responsabilidade do governo do Estado) é insuficiente e a ideia de formação de uma guarda municipal não está muito clara para Gilson. "Ao contrário do que a grande imprensa pretende mostrar, estamos fazendo uma boa administração; sei que ainda há muitas reivindicações a serem atendidas, mas pretendo deixar tudo encaminhado até o final de 88", conclui.

Programas de Saúde: um trabalho de conscientização

Hoje, a área de saúde, em Diadema, também se caracteriza pela participação popular. Até 82 esse setor era completamente desorganizado e houve um intenso trabalho no sentido de melhorar o relacionamento com a população e

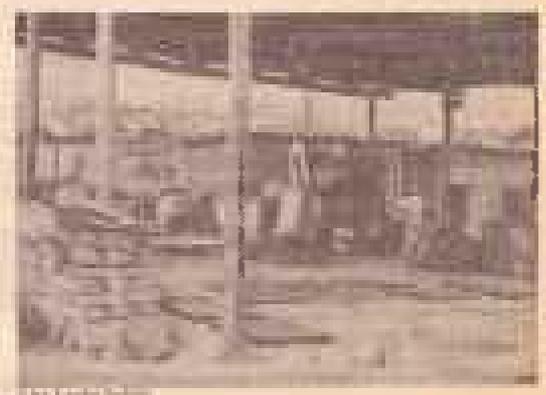
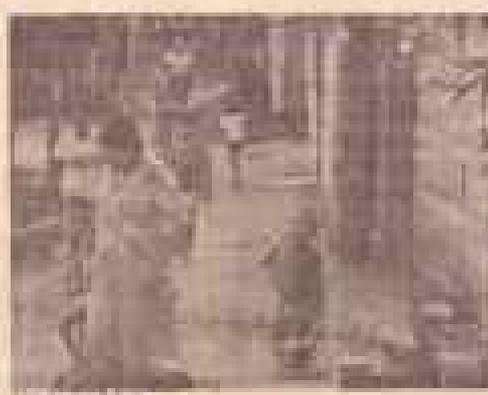
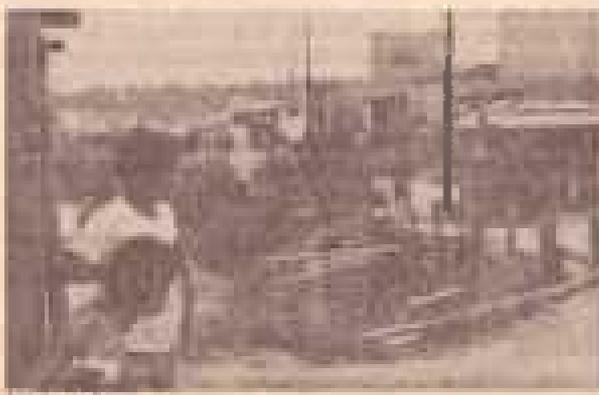
de resgatar o referencial de que o serviço público pode ser eficiente.

"Para resgatar tal referencial - explica o secretário de Saúde, José Augusto S. Ramos - criamos uma nova proposta de trabalho, definimos e implantamos programas voltados à comunidade. Também melhoramos nossa capacidade resolutiva ampliando o quadro médico e de funcionários e reciclando antigos funcionários para integrá-los às novas atividades. Só para dar uma ideia da mudança, em 82, no antigo Pronto-socorro, com o trabalho de apenas um médico, havia uma média de 100 atendimentos diários. Nos 9 postos de saúde, também com apenas um médico por unidade, era feita uma média de 40 atendimentos/dia. Hoje, com um novo Pronto-socorro, melhor equipado, há nove médicos atendendo, ao todo, a 700 consultas diárias; e nos postos de saúde (que já são 13), há, atualmente, quatro médicos em cada unidade e a média de atendimento por posto é de 64 consultas/dia. Cresceu, assim, não apenas a capacidade como a qualidade do atendimento."

Programas como atendimento ao desnutrido, atendimento à mulher, controle da asma já estão sendo desenvolvidos. E dentro dos programas há atividades envolvendo funcionários, pacientes e familiares na discussão das causas e prejuízos acarretados pelas moléstias. Foi através do programa de nutrição e das discussões do grupo de trabalho em torno da questão da alimentação, da política de abastecimento e de preços, que surgiu o grupo de compras comunitárias. E o mesmo ocorreu com o clube de mães, que hoje estão organizadas e têm suas próprias atividades.

"Nosso trabalho, diz José Augusto, não se restringe a clinicar, mas procura fazer com que a população busque a solução para muitos de seus problemas que não estão na saúde."

Marisa Lourenço



A MORTE ESTÚPIDA

Quem foram Jorge e Ana. O depoimento de Alípio Viana Freire

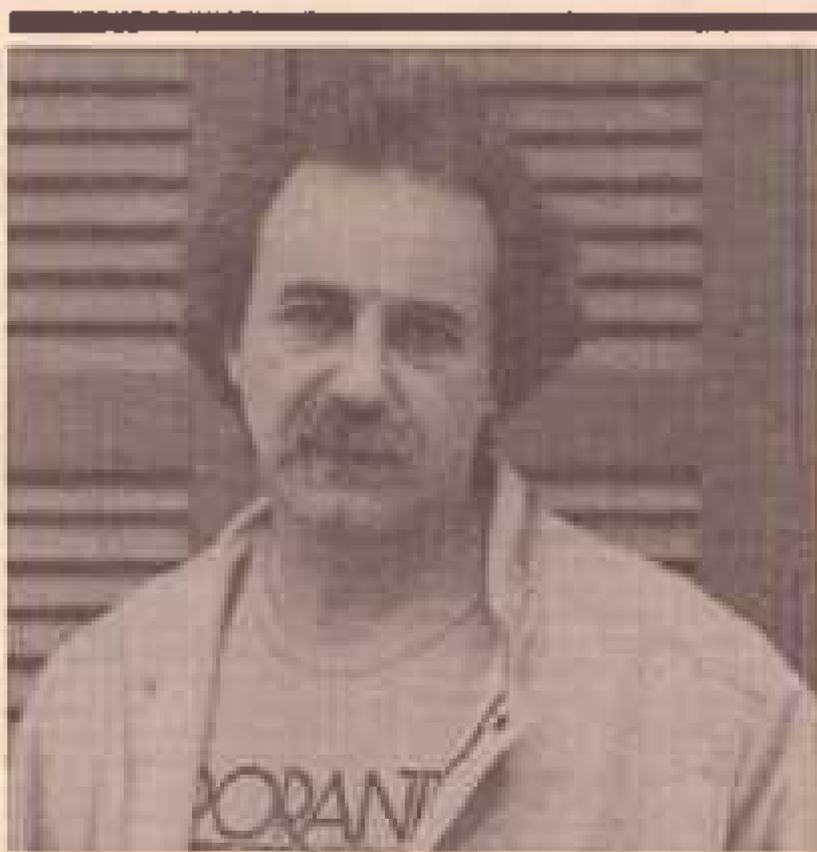
Um conjunto de companheiros me convidou para que fizesse um depoimento sobre Jorge. Pois bem: não se pode falar de Jorge sem, antes de qualquer outra coisa, se falar de tolerância e de solidariedade. Só desse ponto de vista se pode falar dele, e é desse ponto de vista que falo aqui. Que falo dele.

Antes de mais nada, Jorge era um cara profunda e sinceramente tolerante com os companheiros que dele divergiam. Jamais as divergências se tornavam obstáculo para discussões, ou para que ele manifestasse sua solidariedade com aqueles companheiros divergentes. E isto é muito importante, é um exemplo que hoje devemos todos nós - tanto da esquerda marxista quanto da esquerda cristã - ter em mente, e fazer uma reflexão a respeito. Este é o exemplo que ele nos deixa.

Conheci Jorge em 1965, em Belo Horizonte. Eramos ambos estudantes. Ele, da diretoria do Centro Acadêmico da Faculdade de Jornalismo de Minas, e eu do CA da mesma faculdade de São Paulo. Um encontro breve. Um contato apenas. Gestava-se então um movimento estudantil que explodiria nas manifestações de 1966 e de 1968 contra a ditadura militar e por uma nova sociedade.

Volto a encontrá-lo em 1969, na cela 3 do Pavilhão 1 do Presídio Tiradentes, ambos presos. Jorge tinha sido detido no Congresso da União Nacional dos Estudantes em Ibiúna. Ali convivemos um par de anos. E foi nessa situação que estabelecemos nossos primeiros contatos, os mais próximos, a base do nosso relacionamento.

Eram tempos difíceis e, falando aqui, vejo Jacob Gorender e Silvio Rangel, companheiros que estiveram conosco naquela mes-



ma situação, na mesma cela. Vejo também presentes outros companheiros que, em outras celas, partilhavam da mesma resistência e aqueles que, embora não esatvessem detidos, representaram papel não menos importante em tudo o que aconteceu naquela luta, e sem os quais as dificuldades teriam sido maiores; companheiros que entre outras coisas foram nossa voz e nosso contato com o mundo exterior aos muros: Idibal Piveta, Belisário dos Santos Júnior e Regina Pasqualle.

E é todo esse conjunto de companheiros e companheiras que se move numa mesma direção, que está aqui neste ato e forma o nosso universo, o universo de Jorge Baptista.

No período de prisão ainda, Jorge foi transferido para o Presídio de Linhares para responder a processo que corria por Minas Gerais. Permaneci em São

Paulo. Trocamos correspondência. Posteriormente, ele solto e eu, ainda preso, continuamos a trocar cartas.

Voltamos a nos reencontrar no começo do ano de 1975, em minha casa. Nessa época, Jorge vinha da retomada de suas atividades em Minas e de sua experiência no Rio Grande do Norte. Ele chegava já com Ana e Breno - que ainda não tinha um ano. Uma viagem.

Eles vêm definitivamente para São Paulo nesse mesmo ano, e é o tempo - através de experiências diferentes e através de diferentes jornais em bairros operários e populares - de estreitarmos os laços com os mais amplos setores da classe trabalhadora e com o movimento popular, contatos que o Golpe de 1964 e os militares tentaram impedir, destruir.

Nesse período, nos vimos pouco. Nos poucos contatos, discuti-

mos nossos caminhos, nossas expectativas, nossa experiência e de outros companheiros na imprensa popular e sindical.

O contato regular, amiúde, é retomado na efervescência dos anos 79-80. Jorge animado, entusiasmado. Colocava-se então o grande desafio da construção do PT, de um grande partido de massas, forte, vigoroso; um partido que representasse uma ferramenta, um instrumento a mais para a conquista da libertação da classe trabalhadora, para a construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados, sem opressores nem oprimidos. Um partido que fosse um instrumento de construção dessa sociedade que foi o sonho e objetivo de Jorge, e com o qual ele foi coerente até o fim.

E foi da tolerância de Jorge Baptista, foi do seu companheirismo e solidariedade - que conheci desde os tempos do Presídio Tiradentes - e foi da sua coerência em se manter sempre ao lado dos trabalhadores e dos oprimidos na luta por uma nova sociedade que se criaram as profundas e fortes raízes que nos uniam, aquele grande afeto e respeito que nunca, nenhuma divergência - e tivemos muitas - foi capaz de destruir ou de abalar no que isso tem de essencial.

Ana, eu conheci menos. Nosso contato maior foi no período da fundação do PT. Mais extrovertida, mais transparente que o Jorge, cheia de vida, ela foi vice-presidente do Diretório Distrital de Perdizes, onde sou filiado. Sempre inquieta, sorrindo. É esta a imagem que fica. E do Breno, uma criança da qual Jorge e Ana falavam com carinho, que os acompanhava junto com Mané, e que tentavam educar dentro de seus valores de luta e solidariedade. Breno, o garoto que levou o nome de um companheiro de luta assassinado por volta de 69/70.

É este o meu depoimento. Pelo menos, é isso que eu consigo falar no momento. Suas vidas foram maiores. a) Alípio Viana Freire.

JORGE BAPTISTA E ANA VALDEREZ

Persu Abramó

Os Caminhos para o Socialismo



O debate, ainda incipiente e restrito, que se trava no interior do PT sobre as questões do socialismo, tem se limitado, até agora, a tentar a pré-figuração genérica dos contornos gerais de uma futura sociedade socialista construída a partir das atuais condições concretas de um Brasil capitalista.

Essa é uma questão vinculada a outra: quais os caminhos para chegar lá? Embora a relação entre os dois problemas seja de tal maneira interdependente que uma definição resulte de outra, **no plano do debate** é indispensável ir tratando simultaneamente das duas questões, sob pena de fixar o alvo numa direção e dar passos que acabem levando à direção oposta.

O exame da realidade mostra que a história do Brasil está repleta de movimentos sociais, políticos, econômicos, culturais, travados nos planos popular e institucional, frequentemente com emprego de violência e sangue. Mas mostra, também, outra coisa: a grande massa dos explorados e dominados raramente participa dessas lutas **como sujeito ativo**, conduzindo o processo, vendo respeitada sua vontade e usufruindo de seus resultados: quase sempre, quando a massa popular participa, é ela que verte seu sangue, mas sob o comando e em benefício de setores em disputa da classe dominante.

A transformação da sociedade capitalista em socialista, no Brasil, não será um processo simples, rápido e indolor. Não poderá ser levado a cabo por uma minoria, por melhor organizada que seja, nem por grupos de demiurgos de pretensas vocações históricas ou divinas. E nem tão pouco por setores da burguesia dominante, interessada exclusivamente em manter o capitalismo, por mais ousadas que sejam as mudanças que ela se veja obrigada a conceder.

Se essas premissas forem verdadeiras, isso significa que a transformação do capitalismo em socialismo, no Brasil, terá que incorporar a participação das grandes massas populares - e participação efetiva, como sujeito ativo da História.

A transformação da sociedade capitalista em socialista, no Brasil, não poderá ser levada por uma minoria, por melhor organizada que seja

Mas as massas populares de um país com as características do Brasil têm limitadas formas de participar de um processo de tal envergadura. Essa constatação não deve levar à conclusão simplista de que, nesse caso, é necessário "substituir" as massas por uma "vanguarda" que pense e aja em nome delas. Mas sim à outra conclusão, de aplicação mais difícil, porém mais transformadora, de que é indispensável ajudar as massas a se organizarem para criar as condições que as façam participar do processo de construção do socialismo como sujeitos da História.

É nesse momento que surge a necessidade de um partido político de caráter transformador, revolucionário, amplo, aberto, poderoso e democrático. E foi para ser esse partido que surgiu o PT.

A tarefa do PT, portanto, não pode ser apenas a de um observador que se coloque à distância da História, e alheio a ela, para "prever" como poderá ser a futura sociedade socialista. Ao contrário, deve ser a de um agente político ativo, que imerge nas massas populares para, nas ações do dia a dia, construir concretamente o melhor caminho para o socialismo. Trata-se, portanto, e como sempre em política, de fa-

zer com clareza opções significativas.

Quando a discussão chega nesse ponto, geralmente esbarra naquilo que se poderia chamar de "argumento da ilusão eleitoral", e que pode ser expresso da seguinte forma: é uma ilusão supor que as massas chegarão ao socialismo pela via eleitoral/parlamentar, uma vez que a sociedade capitalista e o Estado burguês que a mantém impõem regras políticas que nunca permitirão sua própria eliminação. Isso em grande parte é verdade; só não é totalmente verdade na medida em que a ação política das massas pode e deve, inclusive, mudar tais regras. Mas certamente é verdadeiro que **apenas** a via eleitoral/parlamentar dificilmente conduzirá ao socialismo no Brasil.

Tudo indica que o caminho para o socialismo no Brasil não terá, como eixo principal, nem a via eleitoral nem a via armada - será um processo complexo, com recursos e avanços e mil formas de atuação, tendo como centro ações políticas coletivas organizadas.

Surge então, como contrapartida, o argumento da via armada. Mas não será esse, também, um argumento igualmente de "ilusão pequeno-burguesa"? Certamente que sim, quando se observam as características do capitalismo brasileiro: uma economia em expansão, apesar de todas as crises; um Estado que vem se fortalecendo aceleradamente, poderoso do ponto de vista econômico e bélico, lastreado numa burguesia e em camadas altas da classe média que se modernizam e se conscien-

tizam, e que não pretendem abrir mão de seus privilégios; um país da importância geopolítica do Brasil, subordinado a mil interesses imperialistas e multinacionais; imensa maioria da população mantida em regime de permanente e intensa exploração econômica e dominação política, ideológica e cultural; poucos e fracos instrumentos de luta associativa, sindical, política e partidária. O enfrentamento bélico com esse Estado e com essa burguesia - com que sonham alguns - pode ser ainda mais ilusório que o limitado Parlamento capitalista e as deturpadas eleições burguesas.

Tudo indica, portanto, que o caminho para o socialismo no Brasil - e o caminho que o PT deverá ajudar a construir - não terá, como **eixo principal**, nem a via eleitoral e nem a via armada. Será um processo complexo, multifacetado, com idas e vindas, recuos e avanços, e mil formas de atuação. Seu **eixo principal** certamente será o de **ações políticas coletivas organizadas**, isto é, grandes e sistemáticas pressões de segmentos organizados da população que alterem e acabem rompendo as instituições vigentes e transformando-as no rumo de um novo tipo de sociedade, socialista, e democrática. Esse eixo principal terá inúmeras ramificações e não exclui nem lutas como as eleitorais e parlamentares, nem greves setoriais e gerais, e nem pressões populares como as das campanhas do "O Petróleo É Nosso", ou das "Diretas-Já". Certamente, em momentos especiais, em regiões delimitadas ou em determinados setores, nas lutas populares poderão ocorrer conflitos armados - como acontece agora com a questão da terra. Mas não serão esses conflitos armados, esporádicos e fragmentados, que se constituirão nos fatores determinantes da transformação socialista brasileira: esta se dará pela vontade da maioria da população, expressa por ações coletivas e organizadas de caráter político em diversos planos.

E tudo isso passa, obviamente, pela transição das "massas populares" para as classes sociais organizadas e conscientizadas - processo que, de resto, é o que vem ocorrendo no Brasil desde o começo deste século. E passa, também, pelo profundo enraizamento do PT na classe trabalhadora - tomada esta expressão no seu sentido nato - não como uma pequena organização de vanguardas iluminadas, mas como um grande partido de massa, democrático e revolucionário, expressão e direção do movimento histórico.

Eduardo Suplicy

A guerra enfrentada pelo PT em São Paulo

Ainda não foi desta vez, mas da próxima...

Assim como David da Bíblia, o Vietnã do Norte e o PT de Fortaleza venceram adversários muito mais poderosos, teria sido possível ao PT de São Paulo, em 1986, também chegar a uma vitória contra forças superiores como as representadas pelo PMDB de Orestes Quêrcia, pelo PTB de Antonio Ermirio de Moraes, ou pelo PDS de Paulo Maluf, cada um com suas respectivas coligações. Obviamente, entretanto, só através de esforços extraordinários e de circunstâncias excepcionais, dada a disparidade de recursos e aquilo que realmente estava em jogo. Não apenas estávamos disputando as eleições para o governo do Estado mais importante da Federação, mas também para os representantes do povo que elaborarão a nova Constituição brasileira. Ambas estreitamente relacionadas, pois será fundamental para que haja a participação popular no processo constituinte o clima democrático que o governador de São Paulo poderá ou não criar.

As forças do sistema dominante se prepararam com muito esmero para impedir qualquer vislumbre de vitória para o PT, na medida em que nosso partido começou a incomodar fundo: éramos o único partido com um comportamento coerente, que havíamos nos empenhado na luta pelas eleições livres e diretas para a presidência da República e que não havíamos aceito a eleição pelo colégio eleitoral de Tancredo Neves e de José Sarney? Nunca aceitamos colocar panos quentes sobre as mais graves irregularidades administrativas da Velha e da Nova República; temos uma visão crítica da natureza do sistema econômico vigente, com uma proposta de sua transformação em profundidade na direção do socialismo; queríamos em São Paulo implementar uma proposta de uma administração inteiramente aberta e transparente, onde seriam criados instrumentos de participação popular, de tal forma que as prio-

riedades do interesse da coletividade sobrepesariam as de quaisquer grupos econômicos privados.

Já para evitar que os eleitores discutissem mais acentuadamente o nosso sistema econômico e político, o Congresso Nacional eleito em 1982, sob a égide da Lei Falcão e de extraordinário abuso do poder econômico, acatou a proposta do Executivo de se convocar uma Constituinte Congressional na mesma hora em que se elegeriam os governadores de Estado. Assim, como é da tradição, a eleição majoritária atraiu a atenção maior da opinião pública. Ademais, as forças da Velha e da Nova República, principalmente o PMDB, o PFL e o PDS, se uniram para tentar asfixiar a possibilidade de o PT apresentar no horário gratuito de propaganda eleitoral pelo rádio e TV o nosso programa e os nossos candidatos. Aqui em São Paulo, em cada hora tínhamos apenas dois minutos e cinquenta e cinco segundos, cerca de um sétimo do tempo destinado ao PMDB, ao PDS-PFL, ou um terço do conferido ao PTB, com os respectivos partidos coligados.

O cerco ao PT tornou-se maior em função dos surpreendentes resultados obtidos nas eleições para prefeito em novembro de 1985, particularmente em Fortaleza, Goiânia, Vitória e São Paulo, e dos resultados de pesquisas de opinião realizadas nos primeiros meses de 1986 dando conta de que na Grande São Paulo o PT estava forte. O Palácio do Planalto resolveu se mobilizar para neutralizar qualquer possibilidade de avanço para um partido que cada vez mais se fazia presente nos principais movimentos sociais de reivindicações por melhorias de condição de vida para os trabalhadores e pela democratização do País.

O próprio presidente da República, temendo pela sorte do candidato do PMDB em São Paulo, que no início de sua campanha teve dificuldades em unificar o seu partido, resolveu estimular tam-

bém outra candidatura, a de Antonio Ermirio de Moraes, atribuindo-lhe a missão de barrar o crescimento tanto do PDS quanto do PT. Ademais, surgiu a candidatura de Teotônio Simões, pelo PH, que por afinidade de alguns pontos programáticos e procedimentos, também com recursos bastante limitados e sem acesso no horário de propaganda eleitoral pelo rádio e TV, competiu com o PT.

Muito embora tivesse o ministro da Justiça, Paulo Brossard, tomado posse anunciando que uma de suas principais metas seria a de justamente coibir o abuso do poder econômico nas eleições de 1986, poucas vezes na história do Brasil se viu derrame de recursos tão intenso, tanto da parte de setores empresariais privados quanto da própria máquina administrativa na última campanha. O primeiro a dar o tom foi o candidato do PDS, Paulo Salim Maluf. Nem bem o seu nome estava homologado pela convenção, ao arripio da legislação eleitoral e partidária, sob a conivência dos tribunais e da polícia, as estradas e ruas por todo o Estado se viram inundadas de "outdoors".

A administração estadual, em que pese ter sido o PMDB severo crítico das gestões passadas da Arena e do PDS por terem realizado volumosos gastos publicitários, enveredou pelo mesmo caminho. Somando o que gastava diretamente a campanha peemedebista de Quêrcia, mais os anúncios pagos e "outdoors" do governo Montoro, não ficava atrás da dispendiosa campanha de Maluf. Ambas as campanhas acabaram por investir ainda muito mais quando entrou em campo, espetacularmente, com forte cobertura da imprensa - só para citar um dado, reportagens de capa simultâneas de todas as revistas nacionais - a candidatura de Antonio Ermirio de Moraes, pelo PTB.

A imprensa, em algumas ocasiões, estimou que as campanhas

desses principais adversários chegaram a gastar, cada uma, cerca de cem milhões de dólares. O próprio Antonio Ermirio de Moraes disse em entrevista à imprensa que a sua campanha tinha despendido pouco menos da metade de cinquenta milhões de dólares. Como a campanha majoritária do PT não chegou a despendar 4,5 milhões de cruzados (duzentos mil dólares), o que se pode afirmar com relativa segurança é que as campanhas do PDS, do PTB e do PMDB despenderam pelo menos 200 vezes mais do que a do PT.

A postura crítica do PT, o nosso apoio às greves, à reforma agrária, aos movimentos de reivindicação social, a vontade de transformar o sistema político e econômico fez com que desde o Palácio do Planalto ao dos Bandeirantes, com forte repercussão pelos meios de comunicação, procurassem lançar verdadeiros raios com a intenção de pulverizar o PT do mapa político brasileiro. Vieram as críticas às administrações de Diadema e Fortaleza, como a querer indicar que o PT não teria condições de realizar uma eficiente administração, seja numa prefeitura, quanto mais num Estado com um orçamento da ordem de 138 bilhões de cruzados, para 1987, e um aparelho administrativo de mais de 570 mil funcionários. Houve a maneira tendenciosa com que procuraram tratar as declarações do presidente da Executiva Nacional, Luiz Inácio Lula da Silva, relativamente a quando recorrer à luta armada ou à forma de se chegar ao poder. Aconteceu o episódio do assalto da Bahia, cometido por sete dentre quinhentos mil filiados do PT, sem nenhuma consulta e em dissonância aos estatutos e programa do partido, cuja real origem ainda merece melhor averiguação por parte do PT, o qual consumiu horas e dias de explicação. Estourou o episódio de Leme, carregado de toda a ma fé com que as autoridades estaduais e federais procu-

raram incriminar indevidamente o PT, eximindo-se de sua própria responsabilidade.

Procurou-se estigmatizar a imagem do PT junto à opinião pública, mais fortemente do que em qualquer outra época desde a nossa fundação em 1980. Se algumas de nossas falhas contribuíram para esse estigma, certamente ele se acentuou pela má vontade com que meios de comunicação, por vezes, noticiaram os fatos relativos ao PT. Isso acabou dificultando a trajetória de todos os candidatos escolhidos pelo PT para disputar as eleições a qualquer cargo em cada Estado.

Ademais, a conjuntura econômica e política modificou-se bastante ao longo desse ano em relação ao que ocorria em novembro de 1985, quando o PT teve um resultado positivo nas eleições nas capitais e cidades antes consideradas áreas de segurança nacional, atingindo cerca de 10% dos votos, nacionalmente, sendo 19,75% na cidade de São Paulo. Após taxas recordes de inflação, no momento em que o movimento sindical se preparava para uma aguerrida movimentação numa campanha pela redução da jornada, reposição de perdas passadas, aumento real, reconhecimento das comissões de trabalhadores e outras reivindicações, instituiu o governo, através de decreto-lei, o Plano de Estabilização Econômica.

O congelamento geral de preços, inegavelmente, ganhou forte

apoio popular. O PT e a CUT denunciaram severamente o caráter arbitrário das medidas, a forma autoritária de serem aprovadas e a maneira como foram contidos os salários ao nível do seu valor médio ao longo dos seis meses anteriores ao 28 de fevereiro de 1986, acrescidos de 8%, enquanto que os preços eram congelados naquela data. O governo procurou garantir uma relação entre a remuneração do capital e a do trabalho satisfatória para o primeiro, anunciando que permitiria a negociação livre e introduzindo o gatilho da escala móvel a cada 20% de aumento no custo de vida, o qual mais tarde viria a ser modificado exatamente na véspera de ser detonado.

A tendência de recuperação da atividade econômica, que se acentuou com o Plano Cruzado, fez aumentar o nível de emprego, possibilitando aos trabalhadores, seja individualmente ou através de reivindicações coletivas, com inúmeras paralisações por empresas, obterem acréscimos em seus salários. Houve alguns segmentos, entretanto, como o do funcionalismo público e o dos bancários, este afetado pela dispensa em massa de dezenas de milhares em estabelecimentos de todo o País, que não tiveram quaisquer aumentos até novembro, e que viram seus salários minguarem com os ágios crescentes e o descongelamento através da maquiagem e artifícios diversos.

Mas os efeitos reais de benefícios do Plano Cruzado para

grande parcela da população estavam como que programados para serem sustados logo após o 15 de novembro. Durante a campanha eleitoral, particularmente no horário gratuito, tão logo o candidato do PMDB, Orestes Quêrcia, tinha no congelamento prolongado dos preços e na rigorosa fiscalização dos mesmos uma das principais pilulas douradas oferecidas ao eleitor. Seis dias após as eleições caíram por terra suas promessas nesse campo, com nova enxurrada de decretos-leis que impuseram o Plano Cruzado II, o aumento explosivo de preços e a ameaça da extinção da escala móvel dos salários; primeiro pelo expurgo dos índices, depois pela tentativa de se acabar com o gatilho.

Nessas circunstâncias, os resultados obtidos pelo PT em São Paulo na campanha para governador, 1.508.589 votos, correspondendo a 9,45% dos eleitores e a 9,76% dos votantes - relativamente próximos aos obtidos em 1982, quando tivemos 1.144.648 votos, 8,7% dos eleitores e 9,86% dos votantes, embora abaixo do que estimávamos ser possível alcançar -, foram altamente significativos e demonstraram a nossa resistência às forças que tentaram fazer com que desaparecêssemos.

Essas foram as dificuldades externas sobre as nossas próprias limitações, iniciei a redação de um livro. Nele falei sobre o que me levou à política e ao PT.

Os eleitos

DEPUTADOS FEDERAIS

Espírito Santo
Vitor Buaiz

Minas Gerais
Paulo Delgado
João Paulo Pires
Virgílio Guimarães

Rio de Janeiro
Benedita da Silva
Wladimir Palmeira

Rio Grande do Sul
Olívio Dutra
Paulo Renato Paim

São Paulo
Lula

Plínio de Arruda Sampaio
Luiz Gushiken
Florestan Fernandes
Eduardo Jorge
José Genoíno
Irma Passoni
Gumercindo Milhomen

DEPUTADOS ESTADUAIS

Bahia
Alcides Modesto

Ceará
João Alfredo
João Hilário
Espírito Santo
Cláudio Vereza
Angelo Mochen
João Carlos Coser

Goiás
Antônio Moura
Athos Magno

Minas Gerais
Chico Ferramanta
Sandra Starling
Raul Messias Franco
Nilmário Miranda
Agostinho Valente

Pará
Valdir Ganzer
Edmilson Brito Rodrigues

Paraná
Pedro Tonelli

Rio de Janeiro
Carlos Minc
Luís Paes Sales
Lúcia Arruda
Ernani Coelho

Rondônia
Nery Cangolo
Nilton Caetano

Rio Grande do Sul
Selvino Heck
Adão Preto
Raul Pont
José Fortunatti

Santa Catarina
Lucy Choinasky

Sergipe
Marcelo Deda
Marcelo Ribeiro

São Paulo
José Cicote
Luiza Erundina
Telma de Souza
José Dirceu
Ivan Valente
Roberto Gouveia
Antonio Lucas
Clara Ant
Expedito Soares
José Machado

RONDÔNIA:

Saldo de uma boa campanha

O crescimento eleitoral do PT em Rondônia em 1986 pode ser medido quantitativamente, pela quase triplicação dos votos que o partido teve para os cargos proporcionais.

Dos votos válidos em 86, 7,2% foram dados ao PT para deputados estaduais e federais. Isso permitiu que elegêssemos dois deputados estaduais -- de um total de 24 para a Assembleia Legislativa. Anteriormente, só tínhamos um parlamentar estadual, eleito em 82 pelo PMDB e que filiou-se ao PT no início de 86.

Dos seis candidatos ao governo do Estado obtivemos a quarta colocação, superando os candidatos do PSB e PTB, este último apoiado, embora discretamente, pelo ex-governador coronel Teixeira.

O saldo político da campanha foi melhor do que os votos obtidos. Lideranças populares foram descobertas e se engajaram na campanha de vários candidatos, o que irá permitir, a curto prazo, a filiação de simpatizantes em todo o Estado, aumentando a força do partido pela qualidade, inclusive, dos novos militantes.

Outro ponto de destaque é a votação no PT de forma fechada, isto é, de governador a deputado estadual, fenômeno que chamou a atenção até de candidatos de outros partidos, durante a apuração. Esse fato se contrapõe à campanha individualista e desvinculada de partidos que a grande maioria dos candidatos por outras siglas realizaram.

O trabalho a ser desenvolvido em 1987 certamente terá como destaque a filiação e a nucleação,

beneficiando-se o PT de todo o trabalho eleitoral efetuado.

Isso permitirá ao partido estar mais presente aos movimentos sociais no ano em curso, entretanto, no ano eleitoral de 88, com a base mais séria e ampla, visando à formação de bancadas municipais realmente representativas e de peso.

Como saldo negativo da campanha tivemos a desarticulação de alguns diretórios formados às pressas, no início de 86, para legalizar o partido para a disputa eleitoral. Hoje estes diretórios, que não são mais representativos do PT, carecem de uma reformulação. O que tornará o perfil dessa estância dirigente municipal mais fiel ao conjunto partidário naqueles municípios.

Diretório Regional Rondônia.



Djalma de Souza Bom

O PT e as Prefeituras de 88

O Partido dos Trabalhadores tem grandes possibilidades de eleger vários prefeitos nas eleições de 1988. Essas possibilidades são dadas em parte pelo crescimento inegável do Partido, confirmado nas últimas eleições de 15 de novembro de 1986. E, em parte, pelo fato específico de que, nessas eleições de novembro, o PT elegeu 16 deputados federais e 39 deputados estaduais, em uma dúzia de Estados do país. Isso significa, na prática, além da conquista de espaço democrático para a classe trabalhadora, maiores e melhores condições concretas de organizar o Partido nas capitais e no interior dos Estados. Essa estruturação partidária em mais amplas regiões do país vai tornar possível a apresentação de candidaturas do PT às Prefeituras com muitas possibilidades de vitória em grande número delas.

O PT, portanto, precisa começar a preparar-se desde já para essas novas tarefas políticas. Essa preparação prévia não deve ser vista sob uma ótica eleitoral. Não se trata, apenas, de eleger por eleger. A preparação a que me refiro vai muito mais a fundo, porque ela se relaciona com a necessidade que tem o Partido de organizar-se para administrar municípios — do meio urbano e do meio rural — daqui a dois anos.

Das três Prefeituras em que o PT obteve vitória, até agora (Santa Quitéria, no Maranhão, e Diadema, em São Paulo, em 1982; e Fortaleza, no Ceará, em 1985), temos todos de tirar as necessárias lições. Em Santa Quitéria, o prefeito abandonou o PT logo após ter sido eleito. Em Diadema e Fortaleza, temos enfrentado problemas administrativos e políticos. Creio que na raiz de todos esses problemas reside uma questão que já tem sido aflorada por diversas vezes no interior do Partido, mas cujo debate sistemático tem agora de ser iniciado sem demora, para que cheguemos o mais rápido possível a entendimentos consensuais.

A questão básica pode ser assim resumida: como o PT, um partido que pretende construir uma sociedade socialista, pode, a curto e médio prazo, "administrar" governos no quadro de uma sociedade capitalista? Não haveria uma contradição nessa dupla pretensão?

A contradição existe, mas não é de natureza que não possa ser superada com um grande esforço teórico e prático por parte do nosso Partido. E, para tal, o indispensável debate que devemos travar precisa tocar em pontos essenciais, dos quais levanto aqui alguns que me parecem importantes.

O PT não pode ter — a nem criar nos outros — a ilusão de que possa administrar "socialisticamente" um município ou um estado dentro de uma sociedade capitalista. Mas, ao mesmo tempo, não pode se permitir a atitude cômoda de que, nesse caso, sua administração deve ter o mesmo caráter de uma administração feita por um partido burguês, só que com mais eficiência e mais honestidade. A diferença fundamental que deve existir entre uma administração petista e uma não petista é a de que o PT tem de esforçar-se para criar, ainda nos quadros do capitalismo, condições e hábitos de conduta que preparem o caminho para o socialismo, ou, em outras palavras, condições e hábitos de participação democrática popular nas decisões administrativas.

Esse ponto leva a outro, que frequentemente é ponto de discordância nas administrações petistas, e que se exprime por perguntas do tipo: quem deve decidir: o Partido? o prefeito? os funcionários? a população? etc. Colocada nesses termos, a questão não levará a resposta satisfatória, porque esses são exatamente os termos de uma administração burguesa. O PT deve começar a ser um partido transformador na própria concepção de "administrar". Ou seja: ninguém, em particular, deve ser considerado dono do cargo de prefeito; a ad-

ministração pública deve se constituir no entrecruzamento de uma relação em que entram a Prefeitura (o prefeito, seu secretariado, suas assessorias), o Partido, as entidades que representam o funcionalismo, e as entidades que representam a população. É esse o grande desafio político que o PT deve enfrentar: articular essas várias fontes de poder e de competência para que o resultado seja uma administração que atenda às necessidades da população, que evite a exploração sobre os funcionários, que preserve e aperfeiçoe as concepções partidárias, que seja factível pelos administradores e que alargue as conquistas democráticas no rumo do socialismo.

Para tanto, a população — e a parte da população que faz parte do funcionalismo da Prefeitura — deve participar, efetiva e intensamente, dos debates e das decisões administrativas. Essa participação deve começar, antes mesmo das eleições, na elaboração das plataformas e dos planos petistas para a Prefeitura. Deve prosseguir com os prefeitos petistas eleitos, através das várias formas que a tradição da luta popular irá indicando: associações, movimentos, campanhas, conselhos populares etc. E deve referir-se não apenas aos casos tradicionais de utilização de serviços públicos (transporte, saúde, educação e outros) mas precisa ir além e chegar ao ponto central de uma administração: o orçamento, as decisões políticas essenciais sobre forma de administrar direta ou indiretamente, concessões de serviços etc.

E isso só se fará de forma adequada se houver permanente e constante integração entre Partido, Prefeitura, entidades representativas do funcionalismo e da população. Qualquer tentativa de sobrepor qualquer uma dessas variáveis às demais, além de irrealista e insensata, resultará em crises impossíveis de superar.

Esse é um debate que não pode tardar no PT.

FOLCLORE POLÍTICO

• Inauguração Sede do Diretório Municipal de Jarú no interior de Rondônia. Dia de Festa. Presença do Lula no lugar... gente pra "encardir". Josias (do Diretório Regional na época) abre o comício. Praça cheia. Na frente do caminhão... bem na frente dele... tinha um sujeito fazendo sinal de "não" com o dedo, cada vez mais que ele dizia uma frase... Ele vai se irando... consegue controlar-se e termina o discurso rapidamente para não descer o "braço" no tal sujeito... Sai por trás e logo que pisa no chão dá de cara com o "negador empedernido". "Que que você tava querendo, ei seu sujeito safado?" E já ia partir pro "pau"... "Não, justificou o outro... eu tava dizendo pro companheiro do som que a "caixa" não tava funcionando...

• E por falar em multilações... Comícios no interior da Paraíba. No microfone um locutor "irado" "baxava o cacete" na Ditadura que tinha feito isso e mais aquilo, e assassinado companheiros, e que a Ditadura exilava etc... E tal e tome a Ditadura... De repente, pra "ilustrar" sua fala ele pede ao companheiro Calistrato que mostre ao povo o que foi que a Ditadura fez com ele... muito constrangido, o companheiro levantou a mão e mostrou a falta de um dos dedos que ele perdeu numa amputação feita na clandestinidade. Dois velhinhos bem na frente comentaram... estupefatos: "Eta dentadura afiada, ei compadre?"

• Comício em Sapé (Paraíba de novo) nosso candidato a Prefeito havia militado nas ligas camponesas e tinha verdadeira ojeriza do pessoal do PMDB que na época reprimira as ligas... tanto é que ele tinha fotos de todos os candidatos do PDS em sua casa. Seu filho vivia lhe provocando diante dos fatos. Está ele no seu discurso "desancando" o PMDB e o rapaz nas suas costas retrucando baixinho só pra ele ouvir: "velho mentiroso"... e tudo que o candidato falava ele "bordava": "velho mentiroso"... Até que o pai não aguentou mais e berrou no microfone: ou o Derly (nosso candidato a governador naquelas eleições) tira esse "filho da Puta" daqui de trás de mim ou se acaba ele ou eu".

• Legalização do Partido. Interior de Goiás. O pessoal que fez a chapa colocou no lugar do líder da bancada um vereador do PDS. Pânico na Comissão Provisória Regional de Goiás... "que foi", "que não foi". Resolveram ir lá pra ver. "É então companheiro como é que é isso?" "É o seguinte: aqui nós não temos nenhum vereador... então a gente colocou o fulano que é do PDS e pra construir o partido aqui tá muito bom, e nós nomeamos ele nosso líder". E pronto!



O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, formado pelos Sindicatos da área, Federações de Pernambuco e Bahia e pela CONTAG, com a participação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, saiu dessa luta vitoriosa consciente de seu fortalecimento interno e externo, conquistando mais força e respeito para a continuidade da luta que se segue, pela concretização do reassentamento.

Foi fundamental a participação de todas as forças de apoio, seja com a presença, por carta, telegrama, doações e todas as formas de solidariedade, para o sucesso dessa luta, em que os trabalhadores e as trabalhadoras rurais demonstraram a força e a organização de sua classe, junto com as entidades sindicais, neste episódio histórico para a classe trabalhadora.

Segue anexa, cópia do acordo firmado entre a CHESF e os trabalhadores rurais, porque esse resultado pertence a todos os que lutaram. É preciso nos manter atentos para garantir essas conquistas que podem servir também para a luta de outras áreas de barragem.

Por tudo isso é que nos dirigimos a todos, para celebrarmos juntos essa vitória e dizer MUITO OBRIGADO, COMPANHEIROS, A LUTA CONTINUA!!!

Saudações Sindicais
Eraldo José de Souza
Pólo sindical do Submédio
São Francisco - PE/BA

De olho no Zé Cruzado

Fazenda Chá Durão,
09/12/86

Companheiros,

Comunico-lhes pela presente, satisfatoriamente, que apesar do atraso do Boletim tenho recebido todas as correspondências enviadas para mim pelo Partido dos Trabalhadores, pelo que sou grato; inclusive a carta em que me cientizo sobre as causas do atraso das últimas edições do Boletim compreendo e aceito os esclarecimentos, OK! OK!

Confesso que estou insatisfatoriamente surpreso com a vitória nacional do PMDB, cuja vitória, vejo do seguinte ângulo: "Vitória de Pescador". Foi jogada isca da "mudança", porém toda isca reveste um anzol e desta vez, novamente o povo foi iscado (ferrado). A isca foi planejada, empacotada e cruzada; foi a isca do Zé Cruzado (José Sarney).

Estou, portanto, feliz com o PT, principalmente a nível nacional.

Estive o tempo todo atento para o seguinte: o Boletim n.º 17/Março - 1986 - pouco tempo após o "congelamento", traz uma charge de Oscar com o Zé Cruzado; da seguinte forma: "Dizia o Zé Cruzado:

Só temos uma saída: ou congelamos tudo... ou estaremos fritos nas próximas eleições!"

Segue parabéns ao Boletim e ao Oscar, em particular.

Que o criador nos conceda a sabedoria necessária para o empenho com a luta para verdadeira mudança social, para a igualdade.

Joaquim Veríssimo Ferreira Filho



A tortura continua

Estávamos pregando cartazes convocatórios para a greve geral do dia 12.12.86. CA democracia existia, pelo menos é o que pensávamos. Lá pela meia-noite e meia, uns PMs nos abordaram e pediram-nos educadamente para darmos um pulinho à PF. Fomos tranquilos. Meia hora e o delegado da Polícia Federal, interessada no caso, depois de ligar na morada do "Seu" Tuma, ou coisa parecida, nos libertou. Saímos também tranquilos. Fomos buscar os carros lá na praça, a 1 km da PF. Chegando lá fomos novamente abordados pela PM, que nos disse que não tinham recebido autorização para libertar os carros. Voltamos na PF. Chegando lá, constatamos que o delegado já havia saído. Chegou um carro da RP e nos colocaram na parte traseira. Depois passaram na praça e pegaram o resto. Pronto, estávamos os cinco dentro de um cubículo que mal dava para um: o presidente da CUT Regional, Revalino Freitas, um advogado, Carlos Lima, um dirigente do PT e candidato estadual na última eleição, Adalto Bressan, um senhor já de idade, 43, "Seu" Manoel, e eu, Juscelino Polonial, universitário, ex-membro da direção do PT de Anápolis e escritor.

Ninguém era marginal, mas assim fomos tratados. A PM nos levou para o quartel e passamos a noite lá, o que é ilegal. A tortura começou aí. De 1h00 até 7h30 fomos mantidos presos dentro da RP 404, naquele cubículo. Foi horrível. O "Seu" Manoel começou a passar mal, com falta de ar, e

nós batemos no carro, chamando os guardas, no que eles responderam que tínhamos mesmo era que morrer. Nessa tortura física e psicológica, passamos a noite de quarta para quinta, para sermos libertados às 10h30, sem acusação nenhuma, sem explicação razoável para aquilo tudo. Pegamos os carros e fomos embora, sem pagar nada de fiança, pois não éramos culpados de nada. Assim como chegamos, saímos, lembrando a década de 70, tempo que não vivi, mas li.

Lendo Brasil Sempre, do Tenente Marco Pollo, ex-DOI-CODI, pensei que ele fosse um lunático quando afirmou que o episódio de 64 ainda está vivo no seio das Forças Armadas. Agora, acredito nele. Não existe uma "Nova República", mas uma nova ditadura.

Juscelino Polonial
Anápolis, 15.12.86



A questão dos deficientes

A época pós-eleições é propícia para fazermos uma análise e ver onde estão os acertos e os erros. No caso específico do Rio Grande, a mensagem do PT foi omissa em relação aos problemas enfrentados pelos deficientes físicos em sua luta para conseguir emprego e serem tratados como iguais. Eles também são trabalhadores e merecem todo o nosso apoio. Resta agora ver se os constituintes do PT irão fazer algo por essas pessoas, que são em número bastante grande. Em todo o país, são cerca de 10% da população.

Também se falou em livre opção sexual e institucionalização do aborto. Gente, isso se resolve com a educação sexual nas escolas, com um controle de natalidade adequado e com ampla informação sobre métodos anticoncepcionais. O PT se encontra numa encruzilhada: ou se solidifica como o partido das minorias, com 5 a 10% da votação; ou então parte para ser o partido para as minorias e também para o povão, conseguindo assim 30 a 40% do eleitorado. Mas para que isso aconteça, o Partido tem que se regionalizar, perder aquela aparência de grupo-de-amigos-do-barda-esquina-da-capital (em cada cidade os trabalhadores enfrentam problemas diferentes). A solução então é fazer um trabalho sério, de base, comprometido com a realidade de cada município, de cada bairro, vamos construir e tornar cada vez mais forte o PT!

João Griebeler
Roque Gonzales-RS



Começar já a campanha 88

Não é em véspera de eleição que se deve correr para tentar politizar o povo, às pressas, de modo desordenado.

Nossa tarefa é educar o povo, tentar mostrar a ele, de maneira simples e didática, porque a sociedade é como é, e indicar-lhe uma alternativa.

Apesar de sermos petistas de primeira hora e de termos participado de 4 eleições, confessamos que só ultimamente temos assumido mais o Partido. Fazemos um trabalho que julgamos útil, embora sem aparecer muito aos olhos dos companheiros.

LINHA SINDICAL



A Linha Sindical do PT, aprovada no IV Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores - realizado em São Paulo nos dias 30 e 31 de maio e 1.º de junho de 1986 - é o resultado a que chegamos refletindo a luta diária por condições dignas de vida e trabalho, nas empresas, nos sindicatos e nas ruas, onde aprendemos que a democracia e a independência da organização sindical da classe trabalhadora são essenciais. (da Apresentação)

Para adquirir mais esta cartilha você deve fazer seu pedido por carta, e enviando um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores - Av. 11 de de Junho, 260, CEP 04041 - São Paulo - SP - juntamente com seu nome e endereço completos. A Linha Sindical custa Cz\$ 4,00.

AGENDA - PT 87

Você pensou que a Agenda PT 87 só ficaria pronta em 88? Enganou-se! Apesar do siglo e da falta de papel no mercado, a Agenda PT 87 está aí: em todos os Diretórios Regionais e na Tesouraria Nacional (Rua Santa Teresinha, 35, CEP 90040 - Porto Alegre - RS). Bonita e funcional por apenas Cz\$ 50,00 (custa o mesmo que 4 maços de cigarros e dura o ano inteiro). Garanta a sua!

E nem é esse nosso objetivo. Sem nenhum sentido de crítica aos companheiros que com amor, garra e sacrifício têm levado a bandeira do PT, gostaríamos de fazer algumas sugestões, pois sentimos que nossa mensagem não está atingindo a grande massa explorada da população.

Os poucos votos que temos conseguido nos são dados pela minoria politizada. E minoria politizada não elege ninguém.

E sem colocarmos gente nossa nos postos de comando, passaremos o resto de nossas vidas fazendo protestos, mobilizações e xingando as elites corruptas e insensíveis que nos dirigem.

E as elites, enquanto isso, nos massacram e riem de nossa incompetência.

Apesar de nossa crônica falta de recursos, notamos que em época de eleições gastamos verdadeiras "fortunas" para imprimir milhões de panfletos que ninguém lê.

Somos, apenas mais um partido a entupir as ruas e os eleitores de papéis sem nenhum significado.

Fazemos exatamente o que fazem os outros. E nós não somos iguais aos outros. E nem queremos ser.

Nas eleições para a prefeitura de Santos, me disse um companheiro, com grande satisfação e alegria:

- Não é maravilhoso, conseguimos 20% dos votos!

- E nós respondemos: "Maravilhoso foi ter 70% e ganhar a eleição".

Já há muito que vínhamos refletindo sobre isso, mas só agora resolvemos fazer algo a respeito.

Nas últimas eleições, acompanhamos o trabalho estafante dos candidatos e dos companheiros (particularmente da Irene e da Aicy) e tivemos como fruto desse trabalho pouquíssimos votos e muita desilusão.

Por isso, ousamos sugerir outro tipo de propaganda, que, desde já, colocamos em discussão.

Queremos deixar bem claro que nada desejamos do PT a não ser coerência e transparência. E dos companheiros que conseguirmos eleger, exigimos honestidade e fidelidade absoluta à linha do partido.

Nossa proposta é a seguinte:
Um jornal, tamanho ofício, tipo "Fora de Boca", com um pequeno editorial e observações curtas - porque o povo não lê matérias extensas -, sempre mostrando as falcatruas dos políticos profissionais que ele, povo, reelege por décadas a fio.

Que esse jornal seja impresso e distribuído, prioritariamente, nas portas de escolas secundárias e de faculdades em mutirões e longe de eleições.

Que a cada 2 ou 3 meses façamos uma carreta com o maior número possível de militantes, distribuindo esse jornal nos bairros mais carentes da cidade.

Que todos os militantes tenham sempre nos bolsos estrelinhas vermelhas para dar às crianças, pois temos notado que as crianças gostam da estrela e vivem nos pedindo.

E uma excelente propaganda para o partido porque elas não são jogadas fora.

Vamos distribuir nossa força, nosso entusiasmo e nossos poucos recursos ao longo do ano, de modo inteligente e não concentrá-lo em vésperas de eleições.

Vamos iniciar já a campanha para a prefeitura.

Silvio Loubek
Santos - SP



Eleições no Paraná

Cascavel (PR), 3/12/86.
Passado o pleito de novembro, inicia-se a ava-

liação das estratégias do PT e aspectos gerais da eleição. O erro de avaliação cometido pelo PT do Paraná foi o lançamento de poucos candidatos à Câmara Federal, para que a votação se concentrasse neles. No final, a opção contrária mostrou-se mais adequada para se eleger um deputado; a deficiência de recursos mínimos, a estrutura partidária e os quadros não podem nos fazer esquecer a clara opção conservadora do eleitorado neste momento.

A campanha eleitoral mostrou que há muito trabalho e luta pela frente. Apesar disso, o fracasso de outras propostas de esquerda e o avanço do PT significam o acerto da sua proposta fundamental, que é a organização, e a conscientização popular e a articulação dos diversos setores que lutam por uma sociedade mais justa, tendo como horizonte o socialismo a ser construído.

Mas não devemos esperar facilidades no caminho, pois a arrogância antidemocrática e autoritária, articulada principalmente no PMDB conservador e capitalista que emergiu destas eleições, promete muitas perseguições políticas. Esta prática vem ocorrendo no Paraná, com a sistemática pressão contra aqueles que assumem a luta por seus direitos. Devemos estar preparados para, além do trabalho de conscientização e organização junto à sociedade, enfrentar a perseguição por pretender uma sociedade mais justa e livre. Haja vista os pronunciamentos do cão de guarda raivoso do governo, o ministro Brossard.

Carlos Alberto Recacho

NOSSO MANIFESTO

PROGRAMA, MANIFESTO, ESTATUTO E DISCURSO DA CONVENÇÃO DE 87



Estamos construindo um verdadeiro partido político e não apenas uma sigla episódica, uma legenda eleitoral. Nossos documentos básicos traduzem as metas reais do PT e seus efetivos princípios de organização. Não existe somente "para inglês ver", como acontece em geral com textos de doutrinas e normas partidárias no Brasil. Eles definem para valer nosso projeto de sociedade e o método de ação que julgamos mais adequados para concretizá-lo.

Estes documentos são guias para nosso combate cotidiano pela justiça.

O Manifesto, o Programa, o Estatuto e o discurso de Lula na Convenção Nacional de 87 são documentos importantes para o filiado e o militante do PT. Todos estes documentos estão reunidos num caderno que está à venda na sede nacional por Cz\$ 1,50.

ASSINE



Nome

Endereço

CEP

Cidade

Estado

Anual - Cz\$ 20,00

Bianual - Cz\$ 30,00

Faça já sua assinatura enviando um cheque (no valor de sua assinatura) juntamente com este cupom ao PARTIDO DOS TRABALHADORES - BOLETIM NACIONAL - AV. 11 de Junho, 260 - CEP 04041 - São Paulo - SP

ERRAMOS

Omitimos o nome do autor do artigo MONTREAL, URGENTE: DEMOCRACIA VERSUS OLIGARQUIA, publicado no Boletim Nacional n.º 23 (novembro), que foi escrito por Flávio Aguiar.



N.º 24 - Janeiro de 1987

Editor:
Bernardo Kucinski
Editor Adjunto:
Flávio Aguiar
Secretaria de Redação e Produção:
Marisa Lourenço
Diagramação:
José Ramos Neto
Revisão:
Marta Magnani
Composição, Foteótipo e Impressão:
DCI
Tiragem:
20 mil exemplares



O Deficiente e a Constituinte

Como a nova Constituinte deve tratar a questão dos portadores de deficiência.

Todas as militâncias socialistas e comunistas são produto de uma conscientização do seu praticante. A minha não é diferente, dentro do Partido dos Trabalhadores, pois procuro discutir uma questão da maior relevância. Minha preocupação diz respeito a todas as minorias sociais: negros, índios, idosos, homossexuais, mulheres e, mais especificamente, em relação às pessoas portadoras de deficiência.

Atualmente vivemos num período de transição conservadora; as ações do governo o evidenciam, podendo-se citar algumas mais recentes como: o Plano Cruzado I - a dita reforma monetária que, na verdade, foi uma "reforma eleitoral".

Com relação aos portadores de deficiência, a última investida foi através de decreto, no dia 19 de outubro p.p., que previa a criação de uma Coordenadoria Especial, atuando junto aos Ministérios da Previdência e do Trabalho, ligados à Presidência da República.

No meu ponto de vista, esta atitude é mais um jogo de interesses da Nova República, para distribuir cargos bem remunerados à elite conservadora que se interessa apenas pela formação de um capitalismo burocrático, que aproveita os excedentes da mais valia, para ampliar suas mordomias e privilégios.

Cumpra dizer que toda criação de secretarias, sejam a nível federal, estadual ou municipal, é uma ação segregacionista, como é o caso da FUNAJ, por exemplo.

O sadio esquizofrênico

Com relação à Constituição, existe uma Emenda que - posso dizer, com certa ironia - foi proposta de José Sarney e Paulo Brossard, na época deputados. Esta Emenda, n.º 12/78, prevê o seguinte:

Art. único: "É assegurado aos deficientes melhorias na vida econômica e social, especialmente mediante:

- I — educação especial e gratuita;
- II — assistência, reabilitação e integração na sociedade;
- III — é proibido discriminar mediante admissão nos serviços públicos, trabalho e salário;
- IV — possibilidade de acesso aos prédios públicos.

Essa Emenda é prejudicial e segregacionista; prejudicial porque a especificação cabe às leis ordinárias, como as do Código Civil. É segregacionista porque divide os indivíduos em dois grupos: "os coitadinhos" e os "sádios".

Algumas pessoas se esquecem de que a sociedade capitalista que incentiva o consumismo é uma fábrica de esquizofrênicos, mas estas pessoas são consideradas "sádios".

Cumpra fazer um comentário sobre a auto-aplicação dessa lei. O objetivo das leis é atender ao bem comum mas, para isto, existem critérios de razoabilidade, do contrário a lei torna-se CADUCA.

Sobre o 1.º item da Emenda citada acima, que prevê a educação especial e gratuita, eu diria ser um item caduco, pois grande parcela da população é constituída por analfabetos, representando o pouco investimento do governo na educação do povo, causando a falta de recurso - das escolas públicas privando-as de darem, pelo menos, educação primária aos que não possuem recursos para frequentar escolas particulares.

Ora, se a educação primária não pode ser distribuída como devia, o que dizer sobre aqueles que necessitam de educação especial? É desnecessário comentar sobre a auto-aplicação dos outros itens, pois estão evidentes as suas irrazoabilidades.

Igualdade jurídica e social

Ainda no capítulo IV da atual Constituição Federal, Dos Direitos e Garantias Individuais, existe o art. 153, § 1.º, que diz: "To-

dos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça." Isto significa que, ao menos no nível jurídico institucional, todo cidadão possui os mesmos direitos e deveres. A igualdade jurídica é um princípio para a igualdade social, por isso a nossa proposta para a Constituinte é a de incluir a situação dos portadores de deficiência, no § 1.º, do art. 153 da CF; do contrário, segregam-se esses seres humanos.

Partindo do produto de debates, informações e reflexões, podemos abrir espaços para debates dentro do nosso partido, a nível nacional e, a partir daí, se formular uma proposta político-partidária, sobre essa questão sem deixar de lado o incentivo para a livre organização.

Gostaria de esclarecer que a proposta deve ser diferente das atuais, visto que o problema do deficiente deve ser encarado como uma questão social e política, como é vista a questão das demais minorias sociais.

Também quero que fique explícito que o problema não é uma questão de assistencialismo, paternalismo ou protecionismo, e sim de oportunidade.

Quanto ao problema de reabilitação, este deve ser resolvido dialeticamente, junto aos demais problemas, ou seja, se há uma verba destinada à educação, dentro dessa verba uma porcentagem deve ser revertida aos centros de reabilitação e escolas especiais.

Quero pedir aos companheiros de todo o país que me apoiem, mantendo contato comigo, enviando informações e sugestões e organizando, em seus Estados, no seu município, um núcleo de debates.

Agradeço aos companheiros e à Executiva do PT pela divulgação deste trabalho.

Gustavo Müller
Av. Teresópolis, 3.018 apt.º 201
CEP 90640 - Porto Alegre - RS
Fone 36.5591



Órgão informativo do Conselho
Executivo Nacional do Partido dos Trabalhadores
Av. 11 de Junho, 200
CEP 04041 - São Paulo/SP -
fone: 575-2258



LUZ SERGIO GOMES DA SILVA
RUA JOAQUIM TAVORA, 1511
94011 - PO. PAULO SC